

Imigração e revisão da Normativa sobre 'Carga Pública'

Atualização da Normativa pública: 28 de janeiro de 2020.

Em 27 de janeiro de 2020, a Suprema Corte validou o levantamento do bloqueio judicial estabelecido por um Tribunal Federal, que impedia a aplicação da normativa sobre 'Carga Pública', em vigor de outubro de 2019. As objeções à nova normativa continuarão o seu andamento processual no tribunal; no entanto, Connecticut assumiu a posição contra a nova implementação da normativa.

O que é "Carga Pública"?

'Carga pública' foi definida, no tempo, como a situação de uma pessoa virar, de modo primário, dependente do governo por causa de apoio material e financeiro. Sob a Lei de Imigração atual, uma pessoa que quiser entrar nos Estados Unidos ou tiver a pretensão de ser residente permanente (por exemplo, obtendo um cartão verde) pode ser rejeitado si for determinado que o indivíduo tem condições de virar "Carga Pública".

Quais mudanças envolve a nova normativa?

A nova normativa redefine o conceito de 'carga pública'. Tal conceito não faz referência à pessoa que poderia, de modo primário, transformar-se em dependente do governo recebendo ajuda econômica, senão que a nova normativa define 'carga pública' como a situação da pessoa que recebe alguns benefícios públicos por más de 12 meses, dentro de um período de 36 meses. O fato de receber dois benefícios em um único mês será levado em conta como dois meses de benefícios dentro do período dos 12 meses. O rol de benefícios públicos considerados para determinarmos si uma pessoa fica enquadrada na categoria de 'carga pública' foi ampliado, incluindo mais serviços da *Medicaid*, bônus de alimentação e benefícios do Programa da Assistência Nutricional Suplementar (SNAP, conhecido pelas siglas em inglês) e assistência destinada a moradia, dentre outros. Além do mais, o Oficial da Imigração poderá avaliar condições tais como o conhecimento do idioma inglês, o acesso a serviços da saúde, o nível da educação, os ingressos econômicos e a idade ao tempo de determinar o status de 'carga pública'.

Em quês casos resulta aplicável a nova normativa de 'carga pública'?

A nova normativa de 'carga pública' vigorou a partir do 15 de outubro de 2019. Por tanto, o Serviço da Cidadania e Imigração dos Estados Unidos (USCIS, pelas siglas em inglês) utilizará a nova

normativa para determinar si uma pessoa é “carga pública”, caso um não cidadão tente, a partir daquela data, inclusive:

- Ingressar nos Estados Unidos de forma legal;
- Obter cartão verde;
- Estender a visa atual;
- Mudar a visa atual de uma classe para a outra.

Quem Não fica atingido?

É importante fazer destaque que a normativa só vai ser aplicada aos indivíduos que visam mudar seu status, ficando por fora dela os integrantes das famílias que são cidadãos norte-americanos ou com residência permanente legal, conhecidos como portadores do cartão verde. Um não-cidadão atingido pela normativa de carga pública não ver-se-á afetado caso seu filho/a, cônjuge ou outro membro da sua família seja cidadão norte-americano ou portador do cartão verde com benefícios públicos. Há muitos outros indivíduos isentos da normativa de carga pública, dentre eles:

- Refugiados
- Asilados
- Alguns casos de sobreviventes de violência doméstica ocorrida dentro dos Estados Unidos, segundo o título 8 do Código dos Estados Unidos (U.S.C., conhecido pelas siglas em inglês 1641(c))
- Auto requerimento da Lei de Violência contra Mulheres (Solicitantes VAWA, conhecido pelas siglas em inglês).
- Indivíduos que tenham requerido ou estejam em processo de requerer o visto U ou T (Vítimas de algum crime ou sobrevivente do tráfico humano).
- Crianças que visam obter o Estado de Imigrante Jovem Especial
- Militares em serviço ativo.
- Residente permanente legal que visa obter a cidadania (portador de cartão verde).

Quais programas são levados em conta para categoria de carga pública?

Os programas que provêm assistência econômica como Assistência Temporária para Famílias Necessitadas (TANF, conhecido em Connecticut como TFA), Segurança de Ingresso Suplementar (SSI, conhecido pela sigla em inglês), e Assistência Geral Administrada pelo Estado (SAGA, conhecido pela sigla em inglês), também, SNAP/Bônus Alimentos, Moradia Pública, Seção 8, assistência para moradia y aluguel, e muitos outros programas *Medicaid* para adultos.

Quais programas não são levados em conta para categoria de carga pública?

Medicaid para crianças menores de 21 anos e mulheres grávidas ou em período pós-parto, *Medicaid* para serviços médicos de emergência, auxílio ante catástrofes, programas para assistência de energia, subsídios para assistência a menores, Head Start e outros programas de educação pública, programa de café da manhã e de almoço escolar, programas WIC (mulheres, crianças e meninos/as), Programa Saúde nas Escolas, dentre outros.

Normativa é retroativa?

Os benefícios previamente excluídos da determinação de carga pública (todos os serviços *Medicaid*, exceto seguro de assistência a longo prazo, SNAP y assistência de moradia) só serão considerados se tais benefícios foram recebidos com posterioridade à data de entrada em vigor da normativa.


Como poderão obter ajuda os migrantes para determinar si a nova normativa impactou neles?

A maioria dos imigrantes não serão afetados pela mudança da normativa. Porém, se a pessoa tiver dúvidas sobre aplicação no seu caso, ele deverá contatar um especialista em lei de imigração para receber informação adicional antes de decidir sobre a eliminação dos benefícios. Os indivíduos poderão se contatar com as seguintes organizações estatais para receber informação. Para acessar listagem de organizações regionais, clique [aqui](#).

- [Connecticut Institute for Refugees and Immigrants](#) (Instituto de Connecticut para Refugiados e Imigrantes) ligue para o 203-336-0141
- [Connecticut Legal Services' Immigrant Legal Advice Hotline \(ILAH\)](#) (Linha Direta de Serviços Legais de Connecticut, Assessoria Legal para Imigrantes) ligue para o 800-798-0671

Recursos Comunitários Adicionais

Damos estímulo para as pessoas se informar sobre programas de proteção disponíveis, que dão fornecimento e comidas sim custo, ajuda no pagamento dos serviços públicos e outras necessidades básicas.

- Assistência Médica: Os hospitais comunitários localizados no estado provêm de assistência médica para todas as pessoas sem se importar com seu seguro. Para localizar um hospital, ligue para o 2-1-1 ou visite 211ct.org e busque por palavra-chave  'Community Clinics' (clínicas comunitárias) o código postal do bairro onde procura assistência.

- Faturas de Calefação As famílias afetadas podem requerer ajuda no pagamento das faturas da calefação (eletricidade, gás, combustível, propano) ao Programa de Assistência para a Energia de Connecticut (CEAP, pelas siglas em inglês). Para localizar um *site* de aplicação CEAP, ligue para o 2-1-1 ou visite 211ct.org e busque por palavra-chave '☞ CEAP' o código postal do bairro onde procura assistência. As pessoas poderão, também, enviar a palavra CTWARM por mensagem de texto para o 898211 e receber informação sobre seu CEA regional. Os lares, também, poderão qualificar para receber assistência de calefação por meio do Programa Operação Combustível. Para localizar um banco de combustível na sua área y pedir o programa, ligue para o 2-1-1 ou visite <http://www.operationfuel.org/get-help/residents/>.
- Bancos de Alimentos: Para achar bancos de alimentos localizados no Estado ligue para o 2-1-1 ou visite 211ct.org e busque por palavra-chave '☞ Food Pantries' (bancos de alimentos) o código postal do bairro onde procura assistência.
- Refeitório Comunitário: Para localizar onde receber alimentos ou comida de graça, ligue para o 2-1-1 ou visite 211ct.org e busque por palavra-chave ☞ 'Soup Kitchens' (cozinha de beneficência) o código postal do bairro onde procura assistência.
- Moradia: Para moradia particular com subsídio, ligue para o 2-1-1 visite 211ct.org e busque por palavra-chave ☞ 'Low Income/Subsidized Private Rental Housing' (ingresso baixo/aluguel de moradia particular subsidiado) ou código postal do bairro onde procura assistência.

FONTE: National Immigration Law Center (Centro Nacional de Leis de Imigração, NILC, pelas siglas em inglês); U.S. Citizenship and Immigration Services (Serviço de Cidadania e Imigração dos Estados Unidos); Immigrant Legal Resource Center (Centro de Recursos Legais para Imigrantes)
 ELABORADO POR: 211/tb

ÚLTIMA REVISÃO DO CONTEÚDO: Janeiro de 2020.